

Liberais, burgueses e nobilitados. Os Silva de Bouças na Monarquia Constitucional

Nuno de Pinho Falcão¹

A revolução liberal de 1820 introduziu um conjunto de novos actores nos lugares cimeiros da sociedade portuguesa, traduzindo o triunfo de uma burguesia que ocupa os lugares do poder, forma uma nova elite, faz-se nobilitar e mistura-se familiarmente com as elites tradicionais.

Estes factos, consabidos e de senso comum, são melhor compreendidos quando analisados na perspectiva dos sujeitos e famílias que encarnam esta mudança nas elites portuguesas, permitindo a ascensão social de novos grupos.

O que aqui se propõe é uma breve análise do percurso, ao longo da monarquia constitucional portuguesa, de um ramo da família Silva, territorialmente referenciada ao concelho de Matosinhos (antigo julgado de Bouças) e aparentada com duas figuras destacadas do liberalismo monárquico português: Passos Manuel e Passos José².

Os Silva de Bouças, através da política, dos negócios com o Brasil e das alianças matrimoniais com algumas famílias das elites tradicionais, estabeleceram uma posição social de algum destaque, construída inteiramente na lógica da nova sociedade do liberalismo monárquico.

Os dois *terminus*, o *post quem* e o *ante quem*, situar-nos-ão neste percurso proposto: a revolução liberal de 1820, que marca o início da actividade política dos

1. Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor do Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB/Malês, Bahia. Investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Email: nunopinhofalcao@unilab.edu.br. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

2. *Vd.* Nota genealógica em NÓBREGA, 1954.

irmãos Manuel e José da Silva Passos, e como tal do destaque do grupo alargado desta família; e o ano de 1910, em que se encerra o regime liberal monárquico, no seio do qual esta família de desenvolveu.

Do Maranhão ao Rio de Janeiro

O processo de ascensão familiar que aqui se propõe estudar inicia-se com João José de Pinho. Nascido em Matosinhos, a 11 de Fevereiro de 1810, era filho de Manuel António da Silva e de Joana Maria de Pinho e foi batizado na igreja matriz de São Salvador a 13 do mesmo mês³.

Ainda jovem terá iniciado actividade comercial no Brasil, essencialmente centrada no Maranhão e na sua principal praça comercial, a cidade de São Luís. Não existem estudos sobre a sua actividade comercial atlântica, mas as relações familiares que foi criando através do oceano revelam bem a sua ligação com este território.

Podemos situá-lo em São Luís do Maranhão nos anos de 1835-1836, data aproximada da sua primeira experiência de paternidade: o nascimento da sua primogénita (e cabeça do futuro ramo familiar dos Pinho e Silva) D. Joana Maria de Pinho, resultado da sua ligação com a maranhense Raimunda Benedita Barbosa de Carvalho, por sua vez filha do português Joaquim Barbosa de Carvalho (natural de Basto) e da maranhense Teodora Maria Matilde⁴.

A relação com o Maranhão é ainda sustentada pelo futuro casamento com D. Rita Etelvina Martins de Azevedo, ali nascida e filha de pai português (de Aveiro), José Martins de Azevedo, e da maranhense Francisca Rita Cordeiro. Deste casamento nascerão, entre outros, os seus filhos José João Martins de Pinho, Conde do Alto Mearim, e Alfredo Martins de Pinho, Barão do Bural⁵.

Pode-se identificar em João José de Pinho um padrão relacional, já que situa as suas escolhas entre as filhas da comunidade portuguesa radicada no Maranhão e em estruturas familiares formadas por pais portugueses e mães maranhenses. É um padrão compreensível numa lógica de inserção na sociedade de São Luís, nas décadas de 1830 e 1840.

3. ADP. Paróquia Matosinhos, Registos de Baptismos, 1806-1820, fl. 67.

4. ADP. Paróquia Matosinhos, Registos de Casamentos, 1862, fls.4 e 4v.

5. ADP. Paróquia Matosinhos, Registos de Baptismos, 1845-1857, fls. 62 e 112v. (baptismos do conde do Alto Mearim, em 1848, e do barão do Bural, em 1852).

Regressado a Portugal (onde nascerão os seus filhos com D. Rita Azevedo), é provável que João José de Pinho tenha mantido negócios de longo curso com o império do Brasil, ao mesmo tempo em que se insere na comunidade mercantil de Matosinhos, em claro florescimento no período do liberalismo monárquico. É o que se pode inferir a partir de alguns dados laterais.

Em 1862 a sua filha D. Joana Maria de Pinho casa com Domingos Francisco da Silva, natural da Lavra, que o registo de casamento identifica como «negociante»⁶. O mesmo aparecerá posteriormente designado como proprietário⁷, demonstrando que João José de Pinho procurou para a sua primogénita uma aliança matrimonial com indivíduo de *background* compatível com o seu, consolidando-se na lógica de uma nova burguesia mercantil e proprietária.

Entre as testemunhas do casamento destaca-se a presença do Comendador João José dos Reis, futuro Conde de São Salvador de Matosinhos e uma figura destacada da burguesia matosinhense, que encontraremos futuramente em relação social e empresarial com o irmão da noiva, José João Martins de Pinho, que por essa época, e com 14 anos de idade, troca Matosinhos pelo Rio de Janeiro, onde inicia carreira numa casa comercial⁸.

A ida de José João Martins de Pinho para o Rio de Janeiro, capital do império do Brasil, marca a futura transição dos interesses económicos e comerciais da família do Maranhão para o Rio.

O seu percurso na capital brasileira é marcado por uma rápida e crescente inserção na comunidade portuguesa aí emigrada, fruto do claro sucesso dos seus empreendimentos e da sua participação (e a criação) de instituições benéficas focadas na assistência material e no ensino, particularmente dirigidas à emigração lusitana. Será, aliás, a sua actividade filantrópica que futuramente justificará a sua nobilitação, sendo certo que ao facto não será estranho também o volume da sua riqueza, as relações que estabelece (até familiares) com a elite económica do Rio de Janeiro e em Portugal, e as consequentes relações com o universo político em que participará activamente.

6. ADP. Paróquia Matosinhos, Registos de Casamentos, 1862, fls.4 e 4v.

7. ADP. Paróquia de Leça da Palmeira, Registos de Baptismos, 1864-1872, fl. 126 v. (baptismo do seu filho Manuel Álvaro de Pinho e Silva).

8. NÓBREGA, 1954: 6.

José João Martins de Pinho e a consolidação familiar

A transferência de interesses da família para o Rio de Janeiro parece operar-se a partir dos anos de 1862-63, aquando da chegada de José João Martins de Pinho à capital imperial. Ainda que nenhum estudo tenha analisado o processo de construção do seu património material e empresarial, é pacífico que terá iniciado a sua carreira como empregado de escritório, certamente numa casa comercial e, com toda a probabilidade, no âmbito das relações comerciais que seu pai fora estabelecendo.

Fialho de Almeida, na edição de 21 de Novembro de 1889 d' «A Comedia Portuguesa»⁹, traça a sua breve biografia. Dá conta da rapidez do seu percurso empresarial, que se inicia no comércio (com a obtenção de sociedade numa importante casa de negócios) para transitar para a banca e seguros, como director do Banco de Crédito Real do Brasil e fundador do Banco Construtor do Brasil. Com a entrada na área das finanças e dos seguros, que futuramente se demonstraram áreas relevantes de actuação dos seus descendentes e colaterais¹⁰, José João Martins de Pinho marcou decisivamente o destino familiar.

Nos 27 anos que medeiam entre a sua chegada ao Rio de Janeiro e a mercê do título de Barão do Alto Mearim, concedido pelo Imperador D. Pedro II a 20 de Janeiro de 1889¹¹, José João de Pinho constrói não apenas as importantes redes económicas que sustentam a sua fortuna pessoal, como desenvolve uma actividade social e filantrópica que consolida o seu papel entre a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, com tudo o que tal implica numa sociedade liberal burguesa.

A lista das instituições beneficentes e culturais de que participou é extensa, e está patente nas suas notas biográficas¹². É importante notar que são instituições em que outros nomes de relevo da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro

9. «A Comedia Portuguesa», 1889: 6-8.

10. Apenas como exemplo, no início do século XXI, era possível encontrar um descendente de José João Martins de Pinho, primeiro Conde do Alto Mearim, como alto quadro do mais importante banco privado português, enquanto outro dos seus descendentes, D. Jaime Roque de Pinho de Almeida (Marquês do Lavradio) teve importante carreira na área dos seguros.

11. E não 1880, como informa a maioria dos textos sobre o Conde do Alto Mearim. O ano de 1889 é registado pelo *Archivo Nobiliarchico Brasileiro* (BARÃO DE VASCONCELLOS, 1918: 40) e a informação concorda com o facto de em diversos textos da década de 1880 o futuro Barão ser apenas mencionado como Comendador José João Martins de Pinho, o que não se compreenderia em caso de concessão do baronato em 1880.

12. «A Comedia Portuguesa», 1889: 6-8; NÓBREGA, 1954: 6, 7; FELGUEIRAS, 1958: 445-451; ZÚQUETE, *dir.*, 1989: 260; PEREIRA, 2000: 367.

estão presentes, e onde participam de maneira igualmente activa. Assim podemos encontrar a sua ligação ao Real Gabinete Português de Leitura (onde foi sócio benemérito), mas também a presidência honorária da Sociedade Portuguesa de Beneficência, distinção que partilhava com o já mencionado primeiro Conde de São Salvador de Matosinhos.

Das instituições a que esteve ligado, nenhuma parece ter tido para si a relevância do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro. Esta instituição, de que José João Martins de Pinho foi um dos fundadores em 1868 (ainda num momento inicial da sua carreira), será a que melhor personificará um ideal liberal e progressista, pois centrou a sua actividade na promoção do ensino entre o universo dos trabalhadores, particularmente do comércio (incluindo a formação náutica para a marinha mercante), juntando ideais de liberdade e de progresso humano aos do progresso material da sociedade¹³, afirmando-se mesmo que a instituição seria promotora dos ideais positivistas¹⁴.

O Liceu procurava ainda dar uma resposta urgente ao problema real e imediato de formar o universo dos emigrantes portugueses no Rio de Janeiro, na sua maioria oriundos das camadas mais desfavorecidas da sociedade portuguesa, e com escolarização nula ou muito reduzida¹⁵.

Estas características, o ser (pelo menos em parte) destinado à emigração portuguesa e ao universo do comércio em particular (visando a formação de trabalhadores), são demonstradas pela tipologia dos seus alunos e pelo facto de ser a primeira instituição que, na capital imperial, ofereceu cursos nocturnos de instrução, claramente pensados para se compaginarem com a actividade profissional diurna.

A relevância de Martins de Pinho no desenvolvimento da instituição, a que presidiu (efectiva e honorariamente), é amplamente reconhecida, inclusive pela

13. Sobre esta questão, afirmou Isabella Gaze que, no discurso inaugural da nova sede da instituição, José João Martins de Pinho «reproduzia o ideário que sustentou a instrução popular durante o século XIX, ou seja, ela promoveria o desenvolvimento das nações». Cf. GAZE, 2015: 3.

14. MALANDRIN, PAIXÃO, 2018.

15. MALANDRIN, PAIXÃO, 2018.

própria instituição¹⁶. Garantiu-lhe um papel de relevância social¹⁷, ao mesmo tempo que fixava na instituição parte da sua memória e identidade.

Fialho de Almeida, ao mencionar esta instituição na nota biográfica do então Barão do Alto Mearim, descreve como a nova sede, que D. Pedro II inaugurou em 1884, estava decorada com retratos de figuras do liberalismo português (incluindo o parente longínquo do Barão, Passos Manuel; mas também José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, Manuel Fernandes Tomás, Sá da Bandeira e o Cardeal Saraiva), para além de um quadro de Matosinhos, oferecido pelo Conde de São Salvador, que com o Barão do Alto Mearim partilhava a origem geográfica.

As alianças matrimoniais de José João Martins de Pinho, com as irmãs D. Isabel e D. Emília Labourdonnay Gonçalves Roque, procuram claramente consolidar a sua posição social, e dos seus descendentes, entre a burguesia titulada portuguesa da comunidade do Rio de Janeiro. As irmãs eram filhas de Boaventura Gonçalves Roque, Visconde de Rio Vez, por sua vez irmão do Visconde de Sistelo (terra de origem dos Roques), Manuel Gonçalves Roque, e ambos membros destacados da comunidade de emigrantes minhotos na capital imperial.

Como resultado destes casamentos, Martins de Pinho uniu-se a uma família da burguesia liberal, nobilitada pela relevância das suas fortunas e pelo peso social e político alcançado. Consolidava-se assim o processo já inaugurado por seu pai, que José João Martins de Pinho aprofundou e que garantiu aos seus filhos a consolidação de fortunas e a acumulação de títulos, já que os Roque de Pinho serão herdeiros das fortunas e títulos do Conde do Alto Mearim e dos Viscondes de Rio Vez e Sistelo.

Regressado a Portugal depois de 1888¹⁸, o Barão do Alto Mearim iniciará uma carreira política, levando a que Jorge Alves o apresente como exemplo dos «brasileiros» retornados que, enriquecidos no Brasil pelo comércio e finanças, se dedicam a participar activamente da vida política nacional¹⁹. O retorno será

16. Veja-se para tal a «Síntese Histórica» que o Liceu tem no seu sítio na internet, bem como a presença da memória do Conde de Alto Mearim na sua sede do Largo da Carioca. Posso testemunhar, na visita que fiz à instituição em 2015, que o Liceu continua a receber os membros da família com o melhor acolhimento e cortesia, que aproveitei para agradecer publicamente.

17. Como bem destaca GAZE, 2015, no seu artigo.

18. Ano da morte, no Rio de Janeiro, da sua primeira mulher, D. Emília Gonçalves Roque. Cf. NÓBREGA, 1954: 7. Atendendo que a concessão do título de Barão a José João Martins de Pinho, por D. Pedro II, é datada de 20 de janeiro de 1889, podemos supor que será depois dessa data que regressa a Portugal, mas provavelmente antes de dezembro de 1890, quando recebe do rei de Portugal mercê nova de Carta de Brasão de Armas.

19. ALVES, 1993: 371.

também o momento da consagração social na sociedade portuguesa, patente na acumulação de distinções por parte da Coroa.

Em 1891 D. Carlos concede-lhe o título de Conde do Alto Mearim, a partir do baronato brasileiro que recebera dois anos antes, e que se soma a um conjunto de mercês e honrarias outorgadas desde o reinado de D. Luís, que o fizera Conselheiro em 1889.

Deputado pelo círculo eleitoral de Santarém²⁰ (onde o seu filho Álvaro, segundo Conde do Alto Mearim, será governador civil substituto nos anos finais da monarquia) entre 1892 e 1897, será nomeado Par do Reino (e como tal com direito de assento na câmara alta das Cortes) a 17 de Março de 1898.

Com a sua morte, em Paris a 11 de Maio de 1900, parece encerrar-se o período de maior crescimento e consolidação de uma família que norteou no caminho dos negócios e da inserção nas sociedades brasileira e portuguesa. Nesse sentido, a sua actuação não se fez sentir apenas entre os seus descendentes directos, mas também no apoio que terá dado a parentes colaterais, como o seu irmão Alfredo Martins de Pinho, Barão do Burgal, ou o seu sobrinho Comendador Manuel Álvaro Pinho e Silva.

A terceira geração: Álvaro Roque de Pinho e Manuel Álvaro de Pinho e Silva

Conhecidos popularmente em Matosinhos como os «alto e baixo Mearim²¹», os primos Álvaro Roque de Pinho, segundo Conde do Alto Mearim, e Manuel Álvaro de Pinho e Silva, personificam, na relação pessoal e nos percursos de vida, a terceira geração dos Pinho e Silva em regime liberal monárquico.

Enquanto o primeiro caracterizará o ponto da definitiva consolidação no seio da elite portuguesa, o segundo terá um percurso que recorda de muito perto o trilhado pelo seu tio, primeiro Conde do Alto Mearim.

Álvaro Roque de Pinho, segundo Conde do Alto Mearim por sucessão, nasceu no Rio de Janeiro em 1880, estudou engenharia civil em Gand e seguiu uma carreira

20. Note-se o facto de ser o último círculo eleitoral de Passos Manuel.

21. Em referência ao título do primeiro e à estatura do segundo, é demonstrativo da próxima relação entre ambos. Informação prestada pelo Sr. Andreilino Pinho e Silva Fernandes (1927-2010), neto do Comendador Manuel Álvaro Pinho e Silva.

que o levou pelos caminhos da política portuguesa²². Um percurso de vida muito próximo do seguido pelo pai no período final de vida, firmando-se entre as elites da sociedade portuguesa, com quem o segundo Conde, os seus filhos e os seus irmãos, constituirão relações familiares e sociais, unindo-se mesmo a famílias da mais tradicional aristocracia portuguesa, como a dos Marqueses do Lavradio ou dos Marqueses do Alegrete; mas também a famílias com presença na política.

Como exemplo deste padrão familiar veja-se o seu neto, Eng.º Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto (1936-2020), deputado e ministro, depois do 25 de Abril, em sete governos constitucionais, que associou a uma longa carreira na gestão de empresas, encarnando (na quinta geração) o ideal que vimos desenhar-se desde João José de Pinho, e que foi consubstanciado no percurso de vida do primeiro Conde do Alto Mearim.

Manuel Álvaro de Pinho e Silva nasceu em Leça da Palmeira a 31 de Março de 1869²³, filho do casal formado por D. Joana Maria de Pinho e Domingos Francisco da Silva. Neto de João José de Pinho, e sobrinho de José João Martins de Pinho, era parte da terceira geração familiar dentro do processo que temos vindo a analisar.

O percurso de Manuel Álvaro apresenta-se muito próximo ao do primeiro Conde do Alto Mearim. Terá emigrado jovem para o Brasil, para trabalhar com o tio e iniciar, sob o seu patronato, uma carreira no universo financeiro. Esta foi desenvolvida na área dos seguros que, como anteriormente mencionado, foi uma das áreas de negócio que Martins de Pinho inseriu no âmbito familiar.

Regressado a Portugal nos anos finais da monarquia, assumiu a directoria em Lisboa da seguradora Equitativa dos Estados Unidos do Brasil²⁴, sob a presidência do Conselheiro Júlio Marques de Vilhena (que no seu longo percurso político incluía o governo do Banco de Portugal, de 1895 a 1907²⁵), tendo terminado a sua carreira, já em república, nos quadros da Companhia de Seguros A Garantia, no Porto.

O seu retorno a Portugal permitiu a inserção no sistema de honras do regime monárquico, a exemplo próximo do que aconteceu com o seu tio José João Martins de Pinho. Cavaleiro da Ordem de Cristo, em mercê que D. Manuel

22. O seu perfil biográfico poderá ser encontrado, associado ao do pai, em NÓBREGA, 1954; FELGUEIRAS, 1958; ZÚQUETE, *dir.*, 1989.

23. ADP. Paróquia de Leça da Palmeira, Registos de Baptismos, 1864-1872, fl. 126 v.

24. «Jornal de Seguros», 1907: 12.

25. Cf. a lista dos antigos governadores do Banco de Portugal no seu sítio na internet <<https://www.bportugal.pt/page/antigos-governadores>>. [Consult. 29 dez. 2020].

II confere para cumprir com a vontade do Rei D. Carlos²⁶, recebe a 26 de Maio de 1909 a mercê de Moço-Fidalgo da Casa Real, com honras de exercício, sendo identificado no alvará de mercê pelo seu cargo de director e pela condição de «capitalista»²⁷. Seria já comendador de ordem estrangeira (que não foi possível descortinar qual), pois era designado publicamente como tal em 1907²⁸, e assim conhecido pública e familiarmente.

Segundo a tradição familiar, estar-lhe-ia informalmente prometida a mercê de título nobiliárquico. Esse passo final da titulação, que a implantação da república terá gorado, concluiria um processo que se assemelha proximamente ao seguido pelo seu tio.

As suas alianças matrimoniais seguiram o exemplo do Conde de Alto Mearim: Manuel Álvaro de Pinho e Silva casará sucessivamente com duas irmãs, D. Alice de Lacerda e Athayde e, após a morte desta, a sua irmã D. Regina Dolores de Lacerda e Athayde²⁹, de acordo com o padrão familiar de consolidar a posição social através de casamentos que favorecessem esse processo. O que o afasta do seu tio, bem como do seu avô João José de Pinho, é o facto de não casar entre famílias da emigração portuguesa de primeira geração, mas de se unir a uma família que, nos seus dois ramos mais recentes, contava com pelo menos duas gerações no Brasil, e uma inserção na sociedade política do Brasil Império.

As irmãs Lacerda e Athayde, naturais da capital imperial, eram filhas de Rodolfo de Athayde e da sua mulher D. Umbelina de Lacerda, membros de famílias da província do Rio de Janeiro (regiões de Vassouras e de Campos dos Goytacazes).

Rodolfo Lourenço de Athayde pertencia à elite de Vassouras, no período de apogeu desta cidade cafeeira do interior da província do Rio de Janeiro. O seu pai, Lourenço Luís de Athayde, bracarense de nascimento, era solicitador, tabelião e proprietário. Identificado pelo *Dicionário das Famílias Brasileiras* como origem do ramo carioca da família Ataíde³⁰, Lourenço de Athayde foi ainda Major da Guarda Nacional³¹, Vereador do município de Vassouras e Cavaleiro da Ordem Imperial

26. ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Manuel II, liv. 2, f. 95.

27. ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Manuel II, liv. 3, f. 89-90.

28. «Jornal de Seguros», 1907: 12.

29. RCRJ. 10.^a Circunscrição. Registro de casamentos 1902-1904, pp. 74 e 75.

30. BUENO, BARATA, 1999.

31. O seu filho Rodolfo também esteve incorporado à Guarda Nacional, aparecendo com a patente de Alferes em 1868, ano sequente à morte do Major. Cf. AAMI: *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, 1868: 34. (De agora em diante designado por AAMI).

da Rosa, podendo-se encontrar associado à Sociedade Ypiranga³², dirigida por Francisco Teixeira Leite, futuro Barão de Vassouras e importante capitalista da região³³. A sua mãe, D. Maria Jacinta de Jesus Pantaleão, era igualmente proprietária e pertencia a famílias vassourenses³⁴.

Dona Umbelina de Lacerda, por sua vez, pertencia a uma família destacada de Campos dos Goytacazes, sendo filha do Dr. João Baptista de Lacerda, médico de relevo na cidade, e por ele neta do Sargento-mor Cândido Narciso Bittencourt, brevemente Juiz-presidente do município em 1825, sendo Vereador desde 1824 até (pelo menos) 1835³⁵.

A mãe de D. Umbelina, D. Maria da Assunção Cony, era neta do Coronel de artilharia do exército português Jacques Joseph Cony, natural de Vigy, diocese de Metz (França), Cavaleiro professo da Ordem de Aviz³⁶. Por esta filiação era D. Maria da Assunção sobrinha do Brigadeiro Jacinto Desidério Cony³⁷ e de Luís Gonzaga Cony, pintor e professor de Belas Artes na Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, onde dirigiu a aula de desenho e ganhou a fama de patriarca artístico da cidade³⁸. Era ainda prima coirmã de Augusto Cândido Xavier Cony, um dos nomes proeminentes da pedagogia e instrução pública do Rio de Janeiro no final do período imperial³⁹, avô do escritor e académico de letras Carlos Heitor Cony.

Comprovação notória da inserção da família Cony Lacerda na malha social de Campos dos Goytacazes encontra-se no facto do Dr. João Baptista Lacerda ser um dos médicos da Santa Casa da Misericórdia da cidade, onde ele e seu pai foram Irmãos, e de D. Maria da Assunção ter desempenhado a função de vice-ministra da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência de Campos⁴⁰.

Apesar do Dr. João Baptista de Lacerda não ter, aparentemente, seguido a carreira política do seu pai, veremos que é retomada na geração de D. Umbelina, cujos cinco irmãos tiveram destaque na vida pública: enquanto João Baptista e

32. AAMI, 1867: 223.

33. REIS, 2017.

34. AAMI, 1854-1867.

35. RIBEIRO, BEZERRA, 2016: 14, 44, 45.

36. BUENO, BARATA, 1999 e ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 17, f. 277. Em 1800, ainda Tenente Coronel, estava adstrito ao Regimento da Corte. Cf. *Almanach para o anno de 1800*, 1800: 144.

37. FERNANDES, 2008.

38. NUSENOVICH, 2006.

39. SCHUELER, 2005.

40. AAMI, 1850, 1860, 1865.

Álvaro de Lacerda seguem (com algum brilhantismo) a carreira médica, sendo acadêmicos da Academia Nacional de Medicina do Brasil (que o primeiro chegou a presidir, sendo actualmente patrono de cadeira), Cândido de Lacerda segue a advocacia, e Luís Carlos e António têm uma carreira no jornalismo.

Os irmãos Lacerda, com excepção de João Baptista, ficaram associados à causa abolicionista, sendo particularmente notada a actuação jornalística e militante do Comendador Luís Carlos Lacerda⁴¹, amigo de infância e de luta de José do Patrocínio⁴².

Encontramos assim Manuel Álvaro de Pinho e Silva a associar-se a uma família politicamente ligada à causa abolicionista, em que militavam activamente os tios maternos das suas mulheres, e socialmente integrados numa média burguesia de profissionais liberais, numa família que, no entanto, já se encontrava inserida anteriormente no universo das elites políticas e militares portuguesas e brasileiras.

Interessante seria analisar, o que já não cabe na proposta deste artigo, o modo como as gerações seguintes seguirão os padrões sociais e familiares que as três gerações aqui estudadas desenvolveram. Assim, entre os descendentes de Manuel Álvaro de Pinho e Silva, encontramos carreiras associadas às finanças e seguros, bem como profissionais liberais e docentes do ensino superior; enquanto se descortina, nas relações pessoais, a constituição de alianças matrimoniais em círculos compatíveis com o padrão constituído pela família ao longo do século XIX, seja entre a emigração bem-sucedida no Brasil, sejam com as elites políticas e sociais, novas e antigas.

Conclusão

O liberalismo monárquico português, e a concomitante ascensão de uma nova elite burguesa, criou a transformação social que permitiu à família Silva de Bouças desenvolver um processo de ascensão social e de consolidação entre as elites.

Se o percurso do ramo Silva Passos é bem conhecido, e exemplar na constituição da nova burguesia liberal titulada, o ramo Pinho e Silva, constituído a partir de João José de Pinho e dos seus descendentes, é igualmente exemplar de um determinado tipo de elite burguesa formada durante a vigência do

41. MORAES, 1934; CARVALHO, 1985.

42. ANUNCIACÃO, 2015: 134 ss.

regime monárquico liberal: enriquecido com o comércio, banca e seguros no Brasil, torna-se em Portugal parte do cenário político e insere-se no sistema honorífico e titular da monarquia.

As três gerações analisadas permitem perceber o processo de ascensão e consolidação social, bem como as linhas mestras em que o mesmo se desenvolveu, contribuindo casuisticamente para uma melhor compreensão do que foi a construção das famílias «brasileiras» da burguesia liberal portuguesa.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Maria I, liv. 17, f. 277.

ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Manuel II, liv. 2.

ANTT. Registo Geral de Mercês de D. Manuel II, liv. 3.

Arquivo Distrital do Porto

ADP. Paróquia Matosinhos, Registos de Baptismos, 1806-1820.

ADP. Paróquia Matosinhos, Registos de Baptismos, 1845-1857.

ADP. Paróquia Matosinhos, Registos de Casamentos, 1862.

ADP. Paróquia de Leça da Palmeira, Registos de Baptismos, 1864-1872.

Registro Civil do Rio de Janeiro

RCRJ. 10.^a Circunscrição. Registro de casamentos 1902-1904.

Fontes impressas

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Em casa dos editores-proprietarios Eduardo & Henrique Laemmert, 1850-1870.

«A COMEDIA PORTUGUEZA». Lisboa: Lithographia Guedes. (21 nov. 1889) 6-8.

ALMANACH para o anno de 1800. Lisboa: na officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800.

«JORNAL de Seguros». Lisboa: Typographia A Publicidade. Ano II. 30 (15 abr. 1907).

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes (1993). *Os “brasileiros”: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

ANUNCIAÇÃO, Victor Azevêdo (2015). *Levantamento biográfico de José do Patrocínio e a ênfase na carreira jornalística e abolicionista*. «NEARI em Revista». 1:1, 132-147.

BARÃO DE VASCONCELLOS (1918). *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde.

- BUENO, António Henrique da Cunha; BARATA, Carlos Eduardo de Almeida (1999). *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: Originis.
- CARVALHO, Waldir Pinto de (1985). *Gente que é nome de rua*. Campos dos Goytacazes: [Ed. de autor], vol. 1.
- FELGUEIRAS, Guilherme (1958). *Monografia de Matosinhos*. Lisboa: [s.n.].
- FERNANDES, Luís Alberto da Costa (2008). *Trilogia genealógica: Cabrita, Camisão, Cony: engenheiros militares do século XIX*. Rio de Janeiro: [s.n.].
- GAZE, Isabella Paula (2015). *A escolarização de imigrantes no final do Império Brasileiro: o caso do Liceu Literário Português (1869-1880)*. In *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, SC: ANPUH. [Consult. 30 dez. 2020]. Disponível em <http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434406292_ARQUIVO_artigo_ANPUH_2015.pdf>.
- MALANDRIN, Hiago; PAIXÃO, Alexandre (2018). *Liceu Literário Português: A apropriação do positivismo na construção curricular da instituição (1868-1888)*. «Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP». 26. DOI: <https://doi.org/10.20396/revpibic262018601>.
- MORAES, Evaristo de (1934). *A campanha abolicionista*. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro.
- NÓBREGA, [Artur] Vaz-Osório da (1954). *A pedra d'Armas dos Condes do Alto Mearim no Cemitério de São Salvador de Matosinhos*. Porto: Associação Cultural Amigos do Porto. Separata do «Boletim dos Amigos do Porto». 2:1.
- NUSENOVICH, Marcelo (2006). *Tres ensayos sobre arte y cultura cordobesa: 1870-1910*. Córdoba: Editora Brujas.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (2000). *Os brasileiros notáveis e... os outros*. In PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, ed. *Os Brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 359-377.
- REIS, Thiago de Souza (2017). *A implantação da lavoura de café em Vassouras: os Teixeira Leite e o crédito em uma região de fronteira aberta (século XIX)*. «Revista Digital Estudios Historicos». Ano IX, 18 (jul.-dez.).
- RIBEIRO, Rafaela Machado; BEZERRA, Carlos Lacerda (2016). *Ex-Presidentes da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. Império 1822-1889*. Campos dos Goytacazes: Câmara Campos Editora.
- SCHUELER, Alessandra Frota de (2005). *Representações da docência na imprensa pedagógica na Corte Imperial (1870-1889): o exemplo da Instrução Pública*. «Educação e Pesquisa». 31:3. DOI:10.1590/S1517-97022005000300004.

SOUSA, Horacio (2014). *Cylo Aureo. Historia do 1.º Centenario de Campos*. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, *dir.* (1989). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa; [Rio de Janeiro]: Editorial Enciclopédia, vol. 1.